

Seleção de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços Técnicos Comunicador(a) Político(a), Brasília - DF

O IEPS incentiva mulheres, pessoas pretas, pardas e indígenas, pessoas com deficiência e LGBTQIA + a se candidatarem

O IEPS

O Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) é uma organização sem fins lucrativos, independente e apartidária, com sede no Rio de Janeiro e escritórios em São Paulo e Brasília. Nosso único objetivo é contribuir para o aprimoramento das políticas públicas do setor de saúde no Brasil. O IEPS defende a ideia de que toda a população brasileira deva ter acesso à saúde de qualidade e que o uso de recursos e a regulação do sistema de saúde sejam os mais efetivos possíveis. E que o acesso à saúde respeite o princípio da equidade, tendo o Estado brasileiro um papel relevante, de natureza distributiva, neste processo. Acreditamos que a melhor maneira de se alcançar esses objetivos é através de políticas públicas baseadas em evidências, desenhadas, implementadas e monitoradas de maneira transparente – sempre buscando o apoio da sociedade.

Sobre a Posição

O presente Termo de Referência tem por objetivo selecionar **Pessoa Jurídica** para atuar como **comunicador(a) político(a)**, com foco em apoiar a execução das atividades da Diretoria de Relações Institucionais do IEPS, com **início imediato**.

São boas candidatas para esta posição pessoas que possuam: apreço pelo trabalho em equipe e interesse em atuar com políticas públicas de saúde; autonomia para planejar e executar projetos e tarefas; habilidade na gestão do tempo; iniciativa, dinamismo e capacidade de solucionar problemas de forma autônoma; boa organização e estruturação de ideias e projetos; capacidade de cumprir prazos, priorizar atividades e sintetizar informações; além de excelentes habilidades de comunicação.

O processo seletivo levará em consideração critérios de diversidade.

Principais atividades

A pessoa selecionada será responsável por:

- Elaboração de mensagens-chaves e narrativas adaptadas a públicos específicos;
- Sistematização e manutenção de argumentos recorrentes de stakeholders;
- Articulação com assessorias de comunicação do Legislativo e Executivo;
- Redação de insumos de advocacy como notas técnicas, nota de orientação de voto, briefings, boletins, além de artigos de opinião;
- Tradução de evidências, estudos e dados para linguagem simples;
- Cobertura de eventos presenciais e online, e apoio na produção;
- Coordenação da estratégia de comunicação colaborativa com outras organizações, como calendário comum, kits de divulgação e ações simultâneas entre organizações parceiras;
- Gestão de comunidades (Instagram e Whatsapp): planejamento e produção de conteúdo, publicação, monitoramento, interação e engajamento;
- Briefing, acompanhamento e garantia de consistência visual e editorial dos serviços de designers contratados;
- Aplicação de templates previamente disponibilizados para produção de peças gráficas;
- Elaboração de apresentações estratégicas;
- Uso de wordpress para atualização de site;
- Clipping de notícias, reportagens e menções ao IEPS, bem como monitoramento do debate público nos temas prioritários, incluindo a narrativa de setores contrários à posicionamentos do IEPS;
- Produção de relatório com mensuração das ações de comunicação, a partir do clipping e segundo indicadores acordados por projeto, e com utilização de ferramentas como Palver, incluindo tom da cobertura e repercussão, além de volume e alcance;
- Interface com a equipe de Comunicação do IEPS, com sugestão de pautas, produção de releases e outros insumos, media training, dentre outras atividades;
- Participação em reuniões semanais de alinhamento com equipe.

Perfil da posição e qualificações

Requisitos

- Formação em jornalismo, comunicação social, publicidade, marketing, ciência política ou áreas correlatas;
- Capacidade de desenvolver estratégias de comunicação para advocacy;
- Boa leitura política e agilidade de execução;
- Experiência com redação técnica (notas, briefings);
- Experiência em produção de conteúdo para redes sociais, monitoramento e interação ativa com seguidores e outras organizações (comentários, respostas e engajamento com outras contas);
- Conhecimento de ferramentas como Capcut, Canva e Figma para aplicação de templates;
- Conhecimento de ferramentas como Google Slides e Power Point para elaboração de apresentações estratégicas.

Desejáveis

- Experiência com os temas de saúde pública ou políticas públicas;
- Experiência no Legislativo, no Executivo ou em organizações da sociedade civil;
- Experiência em assessoria de imprensa;
- Habilidade com edição de vídeo e produção de peças gráficas para redes sociais;
- Conhecimento de ferramentas como Palver para monitoramento de presença em veículos de comunicação.

Condições de contratação

- Modelo de contratação: Pessoa Jurídica – PJ;
- Duração inicial de 12 meses, renováveis;
- Valor mensal previsto: R\$ 15.000 mensais;
- Local de atuação: Brasília. Trabalho remoto - a combinar: presença em reuniões no Congresso Nacional e em eventos;
- Custos de deslocamento para viagens, hospedagem, assinaturas de jornais e periódicos e licenças de ferramentas de monitoramento são custeados pelo IEPS e não integram o valor mensal.

Processo seletivo

- Preencha [este formulário](#), anexando currículo e portfólio **até o dia 30 de setembro de 2026**;
- O processo seletivo segue as seguintes etapas:
 - Análise Curricular e Portfólio;
 - Estudo de Caso;



- Entrevistas.
- Apenas candidatos selecionados para a fase seguinte do processo seletivo serão notificados;
- Caso tenha qualquer dúvida, escreva para **vagas@ieps.org.br**.

Critérios de Avaliação

As candidaturas serão avaliadas considerando:

- Adequação do perfil profissional às qualificações exigidas;
- Experiência comprovada em áreas relacionadas ao objeto do projeto;
- Clareza e relevância da apresentação técnica;
- Desempenho na entrevista.

Disposições Finais

- A seleção não gera vínculo empregatício com a instituição, sendo regida pelas normas de contratação previstas neste edital;
- A contratada se compromete com o sigilo sobre estratégias, documentos internos e dados pessoais a que tiver acesso, observada a Lei Geral de Proteção de Dados;
- A instituição reserva-se o direito de não efetivar a contratação caso não sejam identificados(as) candidatos(as) que atendam aos requisitos mínimos.